

Ser humano ou desumano e os reflexos no jornalismo¹

Géssica Gabrielli VALENTINI²

Jorge Kanehide IJUM³

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis

RESUMO

Neste trabalho, de caráter ensaístico, trazemos ao debate a questão do ser humano e do desumano. Ao buscar entendimentos sobre seus significados, procuramos compreender alguns de seus reflexos no Jornalismo. Ao revisitar reflexões da Filosofia, da Sociologia e do Direito, entre outras, constatamos processos como os de categorização social, essencialismo, diferenciação/distinção, que levam a estereótipos e preconceitos. Assim, apontamos situações em que o Jornalismo se apropria e reproduz desumanização. Como perspectivas, destacamos a necessidade de reconhecimento de nossos limites, tendências, fragilidades, para então buscar a superação do que é desumano – primeiro de cada jornalista, individualmente, e então do jornalismo para a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo e sociedade; Humanização; Desumanização; Direitos humanos.

Introdução

Há alguns anos nos dedicamos a estudar uma compreensão em busca de um jornalismo humanizado. Porém, em mais de uma situação nos deparamos com o questionamento: existe um jornalismo desumanizado? Desenvolvemos alguns argumentos que justificam essa consideração, mas chegamos então a um questionamento anterior, que é o que procuraremos refletir nestas páginas: o que é, afinal, ser humano?

Comprendemos que não há uma resposta pronta, tampouco consensual. Há, sim, diferentes abordagens, que pretendemos refletir brevemente. É importante destacar, já inicialmente, que nossa intenção não é tratar do ser humano como melhor ou pior, em relação a outras formas de vida, mas construir uma linha de pensamento que reflète

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC, e-mail: valentini.gessica@gmail.com

³ Professor do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC, e-mail: ijumjor@gmail.com

sobre características e ações que levam a tratamentos diferenciados em relação a outros seres humanos e, aí sim, ao que chamamos de desumanização, inclusive no jornalismo.

Embora o princípio de igualdade esteja previsto em diversos documentos oficiais de diferentes países, como também na Declaração Universal dos Direitos Humanos - documento de 1948 redigido por representantes de diversos países e adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU), as configurações históricas contribuíram para compreensões equivocadas em relação a diferenças biológicas, como gênero e cor de pele, que culminaram em tratamentos desiguais ao longo dos séculos. Além disso, tais tratamentos diferenciados naturalizaram diversas práticas.

Para Lima e Vala (2004), a associação de determinantes físicos a traços morais e sociais, juntamente com a hierarquização e essencialização das diferenças, estão na base de todas as formas de racismo. Para estes autores, a construção de imagens do outro que justifiquem a violência ou a indiferença contra ele é um primeiro passo para o genocídio, o holocausto e a violência de massa.

Neste sentido, sendo o jornalismo uma prática social, nossa preocupação é alertar sobre compreensões equivocadas, que perpetuam-se, apesar dos avanços, e buscar uma racionalização que pode encaminhar mudanças graduais - partindo do jornalismo para a sociedade.

O que é ser humano?

Ao longo do tempo, pesquisadores de diferentes campos se preocuparam com esta questão: o que é ser humano? Filosofia, biologia, psicologia, física, química... Ciências exatas, ciências humanas. Há alguns consensos, entre eles em relação à complexidade da indagação. Por isso, neste artigo, bem como em nossa pesquisa, é importante destacar que pretendemos fazer um recorte. Neste sentido, embora consideremos que há diferentes abordagens, escolhemos as que nos ajudam a responder o que é “ser humano” enquanto ser social, com direitos e deveres, reconhecendo semelhanças e refletindo sobre as diferenças dentro de um contexto social e histórico.

Em relação a etimologia da palavra, “homem” é uma evolução do termo latino “homo”, que por sua vez estaria relacionado à palavra “humus”, que significa terra.

Nesta lógica, desde a antiga Roma havia a crença de os humanos eram seres “da terra”, em oposição aos “seres divinos”, cuja existência já fazia parte das crenças.

Dentro da literatura científica, em 1758, o botânico e naturalista sueco Carl Nilsson Linnæus, em português nomeado como Carlos Lineu, utilizou em sua pesquisa a denominação *homo sapiens*, sendo ‘*homo*’ para definir o gênero, e ‘*sapiens*’ para designar a espécie. As palavras em latim, traduzidas, significam “homem sábio”.

Nessa categoria, ele incluiu os animais com capacidade de desenvolvimento cognitivo, ou seja, capacidade de ‘ser sábio’. Em relação a outras espécies, o biologista elencou características distintas do *homo sapiens*, entre elas a capacidade de raciocínio abstrato, linguagem, introspecção, autoconsciência e racionalidade (LINNÆUS apud FORATTINI, 2000).

Como vemos, a categoria *homo sapiens* parte de um princípio de igualdade, mas ainda na sua tese Linnæus separa os seres humanos em categorias, com uma generalização tanto de aspectos físicos, como de comportamento: 1) Americano (*Homo sapiens americanus*): vermelho, mau temperamento, subjugável); 2) Europeu (*europaeus*): branco, sério, forte; 3) Asiático (*Homo sapiens asiaticus*): amarelo, melancólico, ganancioso; 4) Africano: (*Homo sapiens afer*) preto, impassível, preguiçoso.

O cientista apontou ainda uma quinta categoria sem definição geográfica: a ‘Monstruosa’, (*Homo sapiens monstrosus*), na qual incluía grupos como os patagônios da América do Sul, Flatheads canadenses e outros imaginados que não poderiam ser incluídos nas quatro categorias “normais”. (LINNAEUS apud SANTOS et al, 2010).

As percepções científicas mudaram ao longo do tempo, mas foram séculos até chegarmos a uma compreensão total de igualdade. Em 1919, quase duzentos anos depois de Linneaus, o antropólogo americano Marvin Harris escreveu a chamada “teoria da hipodescendência”, com o conceito de “raças”, largamente utilizado posteriormente.

Nessa teoria, Harris dizia que a criança nascida de um cruzamento pertenceria à raça biológica “inferior”. “O cruzamento entre um branco e um índio é um índio; o cruzamento entre um branco e um negro é um negro; o cruzamento entre um branco e um hindu é um hindu; e o cruzamento entre alguém de raça europeia e um judeu é um judeu” (HARRIS apud SANTOS et al, 2010). Interessante perceber que até mesmo

“judeu”, que geograficamente pode ter nascido na Europa ou em qualquer lugar do mundo, é nesta teoria separado do grupo - além de ser considerado “inferior”.

Com o tempo, essas compreensões foram sendo revistas, já que, apesar de “científicas”, para categorizar consideravam características que na verdade não são determinantes, como sugerem Santos et. al (2010):

A maioria dos autores tem conhecimento de que raça é um termo não científico que somente pode ter significado biológico quando o ser se apresenta homogêneo, estritamente puro; como em algumas espécies de animais domésticos. Essas condições, no entanto, nunca são encontradas em seres humanos. O genoma humano é composto de 25 mil genes. As diferenças mais aparentes (cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz) são determinadas por um grupo insignificante de genes. As diferenças entre um negro africano e um branco nórdico compreendem apenas 0,005% do genoma humano. Há um amplo consenso entre antropólogos e geneticistas humanos de que, do ponto de vista biológico, raças humanas não existem (SANTOS et al, 2010, p. 122).

Em substituição ao termo “raça”, os autores sugerem o termo “etnia”: “o adjetivo deriva do substantivo *ethnos*, que significa gente ou nação estrangeira. É um conceito polivalente, que constrói a identidade de um indivíduo resumida em: parentesco, religião, língua, território compartilhado e nacionalidade, além da aparência física” (SANTOS, et al, 2010, p. 122). Porém, mesmo quando consideramos local de nascimento, religião ou outros fatores externos, é possível atribuir valorações equivocadas, como pretendemos demonstrar.

Além do aspecto biológico, também há compreensões filosóficas em relação ao ser humano, com considerações divergentes, sobretudo em relação a outros termos, como “ser pessoa”. O filósofo Peter Singer (2000), por exemplo, difere os dois termos. Para definir “pessoa”, ele cita uma lista atribuída ao filósofo americano Joseph Fletcher, que organizou o que chama de indicadores de humanidade: autoconsciência; autodomínio; sentido do futuro; sentido do passado; capacidade de se relacionar com outros; preocupação pelos outros; comunicação; curiosidade.

Embora saibamos que é importante reconhecer as diferenças cognitivas quando refletimos sobre a capacidade de discernimento e de praticar que consideramos desumanos, neste trabalho optamos pela compreensão do que é “ser humano”. Pois mesmo para Singer (2000) é indiscutível a questão quando nos referimos a reconhecer os membros da espécie *homo sapiens* ou a compreensão sobre seres humanos.

A questão de saber se um ser pertence a determinada espécie pode ser cientificamente determinada por meio de um estudo da natureza dos cromossomos das células dos organismos vivos. Neste sentido, não há dúvida que, desde os primeiros momentos da sua existência, um embrião concebido a partir de esperma e óvulo humanos é um ser humano; e o mesmo é verdade do ser humano com a mais profunda e irreparável deficiência mental – até mesmo de um bebê anencefálico (literalmente sem cérebro). (SINGER, 2000, p. 62).

Assim, não obstante as divergências nos campos filosófico, da ciência e do jurídico, consideramos aqui o que é consenso e o que está explicitado nos documentos oficiais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que em seus primeiros artigos prescrevem os preceitos de igualdade e dignidade humana. Assim, pela Declaração dos Direitos Humanos, todo homem é uma pessoa e, como tal, deve ser tratado.

Neste sentido, a compreensão de ser humano não está restrita apenas a dimensão pensante, mas também a dimensão física do corpo. Desta forma, o valor de igualdade, compreendido como “dignidade”, inclui bebês, doentes terminais e deficientes mentais, por exemplo, que biologicamente são considerados seres humanos.

No sentido jurídico, o Código Civil Brasileiro – Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 –, traz, no artigo 2: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”. Portanto, a legislação prevê direitos inerentes à condição humana e, por isso, trazemos à discussão a compreensão de dignidade e respeito que, acreditamos, deve permear as relações.

Consideramos nesta reflexão as formas de poder, estabelecidas pela natureza ou pela cultura: adultos em relação às crianças, professores em relação a alunos, governantes em relação a governados, chefes em relação a funcionários e até mesmo o jornalismo em relação à sociedade. Quando partimos de uma relação de igualdade e respeito, de direitos e deveres, consideramos estas relações como horizontais e nos tornamos responsáveis pelas formas de discriminação que podemos incorrer através delas.

A história nos mostra que as distorções em relação à compreensão de igualdade serviu de justificativa para atrocidades, como a escravidão. Durante séculos, inclusive com legitimação do Estado, houve uma convivência social que permitiu que outros seres humanos fossem comercializados, explorados e aniquilados.

Para Kant (1995), os seres humanos ocupam um lugar diferenciado na criação e tem um valor de dignidade que já é intrínseco, mesmo aqueles que não possuem autoconsciência. Neste trabalho, consideramos o homem como um ser capaz de agir com responsabilidade ou, quando não trata o outro de forma igual, pode agir de maneira desumana.

Quanto à justificativa para as ações, ingressamos em outra discussão, sendo que também há opiniões divergentes. Enquanto para Rousseau (2010), o homem é bom por natureza, para outros, como Hobbes (2003), o homem é, por natureza, mau. Para Rousseau (2010), são as convenções sociais que corrompem o homem, ou seja, a cultura. Uma de suas frases mais conhecidas é: “o homem nasce livre, e em toda parte encontra-se sob ferros” (ROUSSEAU, 2010, p. 10). Para o filósofo, o que define as “prisões” são as convenções sociais, não a natureza, e neste sentido é “escravo”, inclusive aquele que acredita ser o “senhor dos outros”.

Ao longo de sua obra, ele cita diversos pensadores anteriores, inclusive Aristóteles, que acreditavam, ao contrário dele, que os homens não eram naturalmente iguais, sendo alguns nascidos para dominar e outros para serem governados.

Eis assim a espécie humana dividida em rebanhos de gado, cada qual com seu chefe a guardá-la, a fim de a devorar. Assim como um pastor é de natureza superior a de seu rebanho, os pastores de homens, que são seus chefes, são de natureza superior a de seus povos. Desta maneira, raciocinava, no relato de Filon, imperador de Calígula, concluindo muito acertadamente dessa analogia que os reis eram deuses, ou que os povos eram animais (ROUSSEAU, 2010, p. 12).

Este raciocínio, certamente, gerou ao longo do tempo uma série de incompreensões, que resultou em passividade dos governados, que acreditavam ser esta lógica “natural”, como dos governantes. que tratavam outros seres humanos de forma cruel.

Todo homem nascido escravo nasce para escravo, nada é mais certo: os escravos perdem seus grilhões, inclusive o desejo de se livrarem deles; apreciam a servidão, como os companheiros de Ulisses estimavam o próprio embrutecimento. Portanto, se há escravos por natureza, é porque houve escravos contra a natureza. A força os constituiu primeiro escravos, a covardia os perpetuou. (ROUSSEAU, 2010, p. 12)

Assim, Rousseau (2010) contesta as formas de escravidão, como convenções sociais, inclusive o fato de serem aceitas pelos próprios escravos.

Renunciar à própria liberdade é o mesmo que renunciar a qualidade do homem, aos direitos da Humanidade, inclusive os seus deveres. Não há nenhuma compensação possível para quem quer que renuncie a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza humana, e é arrebatar toda moralidade a suas ações, bem como subtrair com liberdade à sua vontade (ROUSSEAU, 2010, p. 17).

Enquanto isso, para Hobbes (2003), o homem é mau por natureza, e isso poderia explicar os atos cruéis. Na obra *O Leviatã*, o autor se inspira na figura mitológica da serpente que fez um acordo com os homens e compara assim a relação entre os homens e a existência do Estado.

Para Hobbes (2003), como o homem é mau por natureza, o estado que dita as regras e normas de convivência é necessário. Neste sentido, somente tirando a liberdade do homem que ele deixaria de ser “selvagem” e conseguiria viver em sociedade de forma pacífica.

Embora ambos os filósofos tenham embasado - e até justificado através de suas teorias - tratamentos desumanos ao longo do tempo, consideramos que independente do homem ser bom ou mau, por natureza, ele é livre. E suas ações é que podem ser boas ou más, tanto ações coletivas - que reproduzimos junto com a maioria - quanto ações individuais.

Neste sentido, independente da intenção e da consciência, que pode ser afetada pela cultura, pelas vivências pessoais e até por limitações pessoais, há consequências objetivas em todas as ações, sendo que estas podem contribuir para a compreensão de igualdade - ou perpetuar preconceitos, construções simbólicas que estão implícitas nas relações sociais.

Neste trabalho, consideramos que quando vemos o outro como “menos” ou “mais”, dentro de uma lógica de diferenciação, estamos desumanizando. Neste sentido, desumanização é uma valoração distorcida do outro ou de nós mesmos, que afasta, cria barreiras e divisões, reais ou simbólicas. Enquanto seres humanos livres, temos a capacidade de cometer atos cruéis, ou, ao contrário, de respeitarmos o outro, seja porque gostaríamos de sermos tratados da mesma forma, seja porque temos a capacidade de criar laços afetivos.

Como observa Ribeiro (1995), no período da escravidão havia uma tentativa de tirar do escravo, além da liberdade, tudo que lhe fazia humano, como a afetividade, a família, a proximidade com outros seres humanos. Entre as estratégias dos escravagistas

estava separar os negros que se conheciam e falavam a mesma língua, principalmente para evitar que se reunissem e promovessem conflitos. Tiravam deles tudo - todas as características de humanidade, quase numa tentativa de animalizá-lo, de torná-lo uma besta de carga, apenas.

Se pensarmos nas consequências hoje, diversas relações, trabalhistas, de classes, a exaltação ao conhecimento acadêmico, de pessoas com diploma universitário e muitas outras, refletem isso e colocam as pessoas em lados antagônicos: do superior e do inferior, de quem manda e quem obedece, isso inclusive com consentimento de ambos, muitas vezes com uma aceitação passiva até mesmo de injustiças.

Como observado por Carvalho (2015), esse sentimento de diferenciação, baseada numa cultura de valores distorcidos, constrói uma distância simbólica. Simmel (1950) dá argumentos semelhantes: para ele, o estrangeiro, por exemplo, está ‘longe’, culturalmente, ainda que esteja próximo fisicamente. Isso explica o tratamento diferenciado a pessoas de países distintos, dependendo sempre das referências que temos dele. É distinta, portanto, nossa visão em relação ao africano e em relação ao norte-americano ou inglês. E como isso se reflete no jornalismo?

Distinção (desumanização) no Jornalismo

Em sua tese de doutorado, Gustavo Barreto de Campos (2015) analisou mais de 11 mil edições de jornais e revistas entre 1808 e 2015 e constatou que não só há racismo na imprensa brasileira contra o imigrante, como este se manteve constante ao longo do tempo, inclusive com uma aceitação seletiva, com diferenças entre europeus e africanos, por exemplo. O pesquisador analisou a cobertura do tema em jornais como *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã* (hoje *Folha de S. Paulo*), *Correio da Manhã*, *O País* e *Gazeta do Rio de Janeiro* ao longo dos 207 anos.

Segundo Campos (2015), a data de 1808 foi histórica neste aspecto, pois foi quando o Brasil abriu os portos ao comércio com as “nações amigas”. Porém, o tratamento foi diferenciado de acordo com a “raça”. Enquanto os meios de comunicação costumavam a se referir ao “estrangeiro” como algo positivo, inclusive melhor, a noção de “imigrante”, utilizada especialmente para os negros, haitianos, etc. é negativa.

E os meios de comunicação refletiam a política do estado, que por sua vez, se encaixa em todo processo de desumanização. Conforme Campos (2015), a intenção dessa abertura tinha uma clara preferência por brancos e europeus, tanto que estes recebiam subsídio do governo para se estabelecerem no país. Já ‘amarelos e negros’, de acordo com um decreto de 1891, não poderiam entrar subsidiados pelo Estado. Se entrassem, o dono da embarcação poderia perder o alvará de funcionamento.

Mais de um século depois, em 2016, a política de entrada no país não é mais restritiva em relação a cor de pele, mas as consequências ainda podem ser percebidas em episódios concretos, inclusive nos meios de comunicação. Um desses casos foi a suspeita de que um imigrante de Guiné estivesse com Ebola, o vírus letal que já havia matado milhares de pessoas, a maioria em Guiné, Libéria e Serra Leoa. De fato, diante da gravidade da doença, havia a necessidade de cuidado por parte da Vigilância Sanitária do país. Porém, a divulgação feita sobre o caso pelos meios de comunicação traz diversos questionamentos, com consequências para todos os imigrantes africanos.



The image is a screenshot of a news article from G1. At the top, there are navigation links for 'globo.com', 'g1', 'globoesporte', 'gshow', 'famosos & etc', and 'vídeos'. Below this is a blue header with a 'MENU' icon, the 'G1' logo, and the word 'FANTÁSTICO'. The article's date is 'Edição do dia 12/10/2014' and it was updated at '12/10/2014 22:07'. The main headline is 'Africano com suspeita de ebola esperou por 4 horas até ser atendido'. The sub-headline reads: 'Souleymane Bah está na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, esperando apenas o resultado do segundo teste para ser liberado.' Below the text are social media sharing icons for Facebook, Twitter, Google+, and Pinterest. A photograph shows a man in a dark uniform standing in a hallway, surrounded by other people. At the bottom, there is a caption: 'O assunto que botou o mundo inteiro em estado de alerta: o vírus ebola. No Brasil, na noite deste domingo (12), Souleymane Bah está na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, esperando apenas o resultado do segundo teste para ser liberado. (Imagem capturada do G1-Fantástico)'

Era apenas uma suspeita, que estava sendo monitorada pelo governo, conforme os próprios jornais noticiavam, mas em relação ao homem, podemos dizer que foi vítima, não do vírus, já que a suspeita foi descartada, mas teve divulgados seu nome

completo, idade, detalhes de sua vida, foto e até mesmo o documento em que pedia refúgio.

Seu rosto e documento de passaporte foram expostos em rede nacional pelas principais emissoras de televisão, como o programa Fantástico, da Rede Globo, conforme a figura ao lado.

Como observou Campos (2015), a reportagem do programa Fantástico chegou a usar as câmeras de segurança de um centro médico de Cascavel - cidade paranaense onde o caso ocorreu - para registrar imagens do guineense, sendo que câmeras de segurança são usadas, geralmente, para registrar crimes.

Para o autor da tese, no conjunto, a abordagem sobre o tema gerou um cenário de pânico. “O caso suspeito foi acompanhado de perto por uma semana, inclusive com o uso de helicópteros para filmar a transferência do paciente entre duas unidades de saúde, aumentando sensivelmente o receio de que o vírus chegasse ao Brasil”. (CAMPOS, 2015, p. 513).

Mesmo após ter sido descartada a suspeita, reportagens noticiavam que ele estava com medo de retornar a Cascavel por conta de ataques nas redes sociais. Os mesmos jornais que antes divulgaram seu nome e todas as informações pessoais e que o tornaram conhecido, posteriormente noticiavam as consequências da própria divulgação.



EXAME Lula Netflix Tailândia Copa 2018 Re

BRASIL

Africano Souleymane teme agora retornar a Cascavel

O primeiro paciente internado no Brasil com suspeita de ebola está com receio devido às manifestações racistas e xenófobas publicadas em redes sociais

Por **Cláudia Thomé**
14 out 2014, 12:50

Paciente com suspeita de ebola é transferido de Cascavel, no Paraná, ao Rio (Vanderlei Faria/Divulgação/Prefeitura de Cascavel/)

Rio – O africano Souleymane Bah, de 47 anos, primeiro paciente internado no Brasil com suspeita de estar com **Ebola** teme voltar para Cascavel, no **Paraná**, devido às manifestações racistas e xenófobas publicadas em redes sociais.

(Imagem capturada do portal Exame)

A revista Exame, que no dia 10 de outubro de 2014, quando a história veio à tona, publicou reportagens com o nome do imigrante, nesta reportagem da imagem ao lado, lançada no dia 14, ao mesmo tempo que parece fazer uma crítica às manifestações racistas, traz o adjetivo ‘africano’ e o nome da vítima já no título.

Além disso, embora o texto tente tranquilizar em relação aos riscos, inexistentes já que a doença não foi confirmada, a foto traz pessoas entrando com roupas de proteção em um avião, remetendo a uma situação de risco.



BBC Sign in Menu

NEWS | BRASIL

Notícias | Brasil | Internacional | Economia | Saúde | Ciência | Tecnologia | Aprenda Inglês

Ebola: Governo vê situação sob controle; exame de africano sai em 24h

10 outubro 2014

f t e Compartilhar

Ministro da Saúde, Arthur Chioro, afirmou que 'tudo está sob controle'

O ministro da Saúde, Arthur Chioro, afirmou nesta sexta-feira em coletiva em Brasília que a situação está "sob controle" depois do surgimento de um caso suspeito de ebola em Cascavel, no interior do Paraná.

De acordo com Chioro, o sangue do paciente, que está sem febre, já foi colhido e enviado para o Instituto Evandro Chagas, em Belém (PA), o único no Brasil que faz o exame para detectar o vírus. O resultado deve sair em 24 horas.

(Imagem capturada do portal da BBC)

Ao digitarmos o nome completo do imigrante no Google, temos 15.500 resultados, sendo que na maioria deles o nome sucede o adjetivo “africano”. Mesmo no caso da *BBC*, que não coloca o nome do homem, o adjetivo africano aparece no título, conforme a figura ao lado. Teríamos “o europeu”?

Neste sentido, consideramos que tais informações divulgadas já são uma forma de desumanização, pois ferem o direito à privacidade, à imagem e à honra, previstas tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras legislações, inclusive no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Posteriormente, a própria imprensa noticiou casos em que afrodescendentes foram vítimas de preconceito por causa da repercussão deste caso. E não apenas imigrantes do continente africano, mas também haitianos. O Haiti fica na América Central, mas tais demonstrações revelam que o preconceito é, sobretudo, em relação a cor de pele, consequência de toda a história anteriormente citada.

Na reportagem d'*O Estadão*, os relatos dos imigrantes demonstram discriminação e os próprios personagens relatam que há desconhecimento por parte dos moradores da cidade:

"Na sexta-feira, eu ia para o trabalho e começaram a nos apontar na rua dizendo: 'Olha os caras com Ebola'", diz Abdoul Bonsara, de 24 anos, que é de Burkina Faso e há sete meses mora em Cascavel e trabalha como mecânico.

Ele e três compatriotas que dividem uma casa afirmam que a discriminação atesta a falta de conhecimento. "Os brasileiros não sabem que Burkina Faso é longe dos países que têm Ebola. Acham que é tudo a mesma coisa porque somos negros", diz Sitta Compaore, de 25 anos. (ESTADÃO, 2014, arquivo eletrônico).

Porém, embora a citação relate o 'desconhecimento', a reportagem não esclarece se a informação relatada é verdadeira. Além disso, chama atenção o subtítulo: "Imigrantes afirmam que sofrem ameaças e são vítimas de preconceito nas ruas e na busca por emprego; moradores negam". É como se existisse uma situação de embate, de luta entre os imigrantes e os moradores, em uma situação de generalização, embora apenas duas pessoas tenham se manifestado na narrativa.

Considerações finais

Lima, Faro e Santos (2016) concordam que a inferiorização e desumanização da diferença acompanham a nossa história, marca os encontros intergrupais e opera integrando traços físicos e biológicos a teorias implícitas de personalidade.

Para Lima e Vala (2004), a desumanização e outros processos de exclusão apoiam-se consideravelmente em dois processos cognitivos: a categorização social e o essencialismo. Eles remetem essa reflexão a Tajfel (1982), para o qual a *categorização social* reúne em grupos que são equivalentes no que diz respeito às ações, intenções e sistemas de crenças do indivíduo. Já o *essencialismo* seria a tendência a agir e pensar como se todas as coisas possuíssem algo intrínseco que as tornam o que são. Assim,

quando identificamos alguém como ‘cigano’, como ‘índio’ ou outra categorização, é como se víssemos o ‘padrão’, a imagem mental. Por serem processos cognitivos, não deve nos surpreender reações involuntárias, não conscientes. Uma tendência à generalização.

O mais preocupante é que as justificativas retóricas fazem com que, além de evitar a culpa, os estereótipos continuem legitimando conflitos. Para Lima, Faro e Santos (2016), a desumanização desempenha funções psicológicas, sociais e políticas. Psicologicamente, protege quem comete a violência de sentimentos como culpa, piedade e altruísmo. Já em relação às funções sociais, possibilita que grupos distintos em competição material ou simbólica se sintam superiores a outros, promovendo e legitimando a exclusão social e moral. No aspecto político, possibilita justificativas para a institucionalização das violências e massacres contra grupos com menos poder.

Não é sem razão que a maioria dos casos de genocídio utiliza a desumanização nas suas retóricas de legitimação. É nesse sentido que o processo de desumanização é um ingrediente essencial na realização da maldade [...]. (LIMA, FARO E SANTOS, 2016, p. 220).

As ações desumanas são sempre más, embora muitos comportamentos desumanizantes, como vimos, façam parte da construção social da realidade e não necessariamente partem de uma intenção de cometer atos maus.

Como alternativa, Deslandes (2004) e outros autores propõem a humanização, cuja proposta é garantir a dignidade ética, que para alcançarmos é necessário empatia, ou seja, reconhecer o sofrimento, a dor e prazer expressos pelos sujeitos. Para a autora, as coisas do mundo só se tornam humanas quando passam pelo diálogo com os semelhantes..

Deslandes (2004) chama a atenção neste ponto duas palavras fundamentais para que o conceito se concretize: diálogo e semelhantes. Parte do pressuposto de que para se efetivar a humanização precisa dessa compreensão, de que não há diferenças significativas, alguém superior ou inferior, mais ou menos, e ambos dispostos a ouvirem e compreenderem. Ainda vai além, considerando que o ser humano é potencialmente capaz de compreender outro ser humano, porque ambos são dotados de linguagem. Mas por que isso não ocorre? Para ela, “o jogo das interações sociais, as relações de saber-poder, de trabalho, de gênero e de status podem constituir fortes impeditivos para o diálogo” (Deslandes, 2004, p. 11).

Se considerarmos o jornalismo, cujo trabalho é através da linguagem - e a própria realidade construída através dela - essa perspectiva se torna ainda mais relevante. Uma ação comunicativa, mas que contemple tudo isso.

E como mudar? Acreditamos, justamente, na racionalização, no reconhecimento de nossos limites, tendências, fragilidades, para então buscamos mudanças: primeiro de cada jornalista, individualmente, e então do jornalismo para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Código Civil**, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm, Acesso em 6 jul 2018.
- CAMPOS, Gustavo Barreto. **Dois Séculos de Imigração no Brasil**. A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015. (Tese de doutorado). Disponível em http://midiacidada.org/img/tese_final_GBC_final.pdf, Acesso em 11 jun 2018.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 19ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH), da Organização das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Disponível em http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf, Acesso 12 jun 2018.
- DESLANDES, Suely F. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 9 (1):7-14, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n1/19819.pdf>. Acesso em 2 jul 2018.
- FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Disponível em http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em 2 jul 2018.
- FORATTINI, Oswaldo Paulo. **O ser e ser humano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria**, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. Martins Fontes: São Paulo, 2003.
- KANT, IMANUEL. **Crítica da Razão Pura**. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000016.pdf>. Acesso em 29 jun 2018.
- HASLAM, N., LOUGHNAN, S. **Dehumanization and inhumanization**. Annual Review of Psychology, 65, 399-423, 2014.
- LIMA, M. E. O, VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, 9, pp. 401-411, 2004.
- LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. FARO, André. SANTOS, Mayara Rodrigues. A desumanização Presente nos Estereótipos de Índios e Ciganos. Revista **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Jan-Mar 2016, Vol. 32 n. 1, pp. 219-228. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000100219&lng=pt&tlng=pt Acesso em 24 set 2017.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Ebook. Disponível em:
<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>. Acesso em 30 jun 2018.

SANTOS, Diego Junior da Silva, PALOMARES, Nathália Barbosa, NORMANDO, David, QUINTÃO, Cátia Cardoso Abdo. **Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dpjo/v15n3/15.pdf>. Acesso em 10 jun 2018.

SINGER, Peter. *Ética Prática*. Lisboa: Grandiva, 2000.

VERNAL, Javier Ignacio. **Arnold Gehlen, reflexões sobre ser humano**. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/10696>. Acesso em 30 jul 2018.

Reportagens consultadas

Africano com suspeita de ebola esperou por 4 horas até ser atendido. Disponível em:
<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/10/africano-com-suspeita-de-ebola-esperou-por-4-horas-ate-ser-atendido.html>. Acesso em 11 jan 2018.

UPA de Cascavel é isolada após atender homem com suspeita de ebola. Disponível em:
<https://exame.abril.com.br/ciencia/upa-de-cascavel-e-isolada-apos-atender-africano-suspeito-de-estar-com-ebola/>. Acesso em 12 jan 2018.

Africano Souleymane teme agora retornar a Cascavel. Disponível em
<https://exame.abril.com.br/brasil/africano-souleymane-teme-agora-retornar-a-cascavel/>. Acesso em 12 jan 2018.

Ebola: Governo vê situação sob controle; exame de africano sai em 24h. Disponível:
https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141010_ebola_parana_ministerio_atualiza_fn. Acesso em 12 jan 2018.

Africanos e haitianos são hostilizados no PR após suspeita de Ebola. Disponível em
<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,africanos-e-haitianos-sao-hostilizados-no-pr-apos-suspeita-de-ebola-imp-,1575862>, Acesso em 12 jan 2018.